

INTERVENÇÃO

SR. PRESIDENTE DO CA DA UMP, DR. LUÍS ALBERTO SILVA

**Conferência “Economia Social:
Financiamento e Sustentabilidade”
(Instituto Francisco Sá Carneiro)**

- Os desafios dos Acordos de Cooperação

Data: 14 de janeiro de 2019

Local: Santa Casa da Misericórdia do Porto

Caros membros deste painel e representantes das demais famílias da Economia Social,

Cara moderadora, Dra. Fernanda Freitas,

Minhas senhoras e meus senhores,

É sobejamente conhecido que as Entidades da Economia Social desempenham um papel relevantíssimo na sociedade e prestam um contributo decisivo para a coesão social à escala nacional, mesmo nos territórios de baixa densidade.

Constituem inegavelmente um pilar fundamental na resposta às situações de carência ou desigualdade social, substituindo, não raras vezes, o Estado no seu dever de proteger e fornecer as ferramentas de inclusão aos cidadãos mais vulneráveis.

Se antes já lhes era reconhecida importância, os tempos vividos no início desta década demonstraram à sociedade o seu papel determinante no amortecimento do impacto social da profunda crise económica que marcou este período.

As Entidades da Economia Social - particularmente as Mutualidades, as Misericórdias e as IPSS - foram uma autêntica tábua de salvação e, em muitos casos, o único ombro amigo para milhares de famílias vítimas da dura conjuntura.

E essa missão implicou assumir novas responsabilidades e investir em recursos humanos e materiais. O Estado naturalmente apoiou, através de instrumentos como os Acordos de Cooperação, que aprofundam e concretizam as bases gerais do regime jurídico da economia social e do sistema de segurança social.

A estabilidade desta relação entre o Estado e estas Entidades é fundamental na prossecução do desenvolvimento de respostas sociais por parte das Instituições, mas, ao contrário do que o senso comum deixa transparecer, não é o Estado que paga o funcionamento das Instituições.

Aliás, números recentes - sobre os quais o Senhor Presidente da CNIS, o meu caro amigo Padre Lino Maia, poderá falar mais detalhadamente - demonstram que a comparticipação estatal não chega a metade dos custos efetivos das Instituições sociais, daí que muitas delas enfrentem sérios problemas de sustentabilidade.

Agora que o país revela sinais de retoma, surge o primeiro e maior desafio que se coloca à cooperação entre o Estado e as Entidades da Economia Social.

Ou seja...

Porque o país respira melhor, vamos cortar a eito nos Acordos de Cooperação?

Vamos lançar fora as novas competências desenvolvidas nestes tempos da crise?

É que cortar a eito significa, incontornavelmente, lançar muita gente no desemprego e deixar muitas famílias, particularmente nos territórios de baixa densidade, sem retaguarda.

O Estado não pode, nem deve, cair na tentação, puramente mercantilista, de descartar as instituições sociais e o conhecimento que adquiriram...

Não por qualquer paternalismo, mas porque as necessidades continuam a existir nos territórios, algumas, porventura, a exigirem novas respostas ou diferentes abordagens.

...

Em breve, estaremos a negociar o Compromisso de Cooperação para o biénio 2019-2020.

Seja na Ação Social, seja na Saúde ou na Educação, é imperioso que o valor das participações estatais acompanhe o aumento dos encargos das instituições sociais com o desenvolvimento das respostas no terreno.

Vejamos...

Assistimos ao aumento do salário mínimo, à progressão em várias carreiras profissionais e à atualização de preços de bens e serviços essenciais, números que representam um impacto significativo nas já débeis e sobrecarregadas estruturas de custos destas entidades.

Por outro lado, temos que ter a capacidade e o engenho de desenhar respostas sociais que acompanhem as novas e diferentes necessidades da sociedade atual.

Falamos muito de que é preciso incentivar a natalidade para travar a quebra demográfica, mas estaremos preparados, por exemplo, para dar resposta às novas dinâmicas da vida familiar?

Estaremos nós – Entidades da Economia Social e Estado – preparados para criar respostas flexíveis, em número suficiente e sustentáveis, ao nível da infância, que salvaguardem as necessidades de um casal que trabalha em horário noturno ou ao fim de semana?

Estamos confrontados com o envelhecimento da população, uma questão que nos coloca desafios ao nível da conjugação de respostas na área da saúde e da ação social ou ao nível do alargamento da oferta de serviços na área da terceira idade...

Impõe-se, por isso, desenhar soluções que não deixem de garantir o necessário e desejado equilíbrio entre a projetada tipificação dos Acordos de Cooperação e a urgente necessidade de flexibilizar os modelos de resposta.

Neste ponto, importa ainda fazer uma referência ao PROCOOP – Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais – que, quando foi lançado em 2017, gerou grandes e positivas expectativas nas Entidades, pela sistematização, objetividade e transparência que vinha introduzir neste processo.

No entanto, a prática revelaria que a máquina da Segurança Social não tem conseguido responder, com a celeridade desejada e necessária, às candidaturas das Instituições, fazendo gorar oportunidades e, quantas vezes, colocando em risco a sustentabilidade de algumas dessas respostas.

Por outro lado, torna-se necessário que a Segurança Social acompanhe de forma mais próxima, pedagógica e uniforme estas Entidades.

O grau de exigência da tutela tem aumentado – não se discute o papel essencial da supervisão e da fiscalização -, mas em certas situações de forma excessiva.

Mais do que seguir uma check-list e emitir o relatório de inconformidades que pode determinar uma medida punitiva, importaria um acompanhamento mais assíduo e mais dirigido para a melhoria contínua do funcionamento das respostas em causa.

E esse acompanhamento deve ser o mais uniforme possível em todo o país, de modo a que a mesma inconformidade não seja tratada de forma diversa, consoante o Centro Distrital de Segurança Social que a deteta, gerando desigualdade de tratamento entre as Instituições.

E, quando o país caminha, a passos largos, para um processo de descentralização, a Segurança Social parece, em diversas circunstâncias, estar a fazer um percurso inverso, centralizando em Lisboa muitos dos processos ao nível da Cooperação.

Aliás, o processo de descentralização de competências do Estado nas Autarquias coloca-nos, igualmente, enormes desafios em múltiplas áreas. Serviços como os desenvolvidos pelas Redes Locais de Intervenção Social e de acompanhamento do Rendimento Social de Inserção passarão para a esfera dos Municípios.

Quererá isto significar que o Estado vai descartar todo o trabalho desenvolvido ao longo de inúmeros anos por muitas Entidades da Economia Social, que, para bem responderem, tiveram necessidade de alargar os seus quadros de recursos humanos?

No domínio da Educação Pré-Escolar, está em cima da mesa a questão da harmonização da rede instalada, constituindo uma Rede Nacional de Educação Pré-escolar.

As câmaras municipais, por seu lado, têm vindo a apostar na abertura de novas salas, sem olhar às pré-existentes dinamizadas pelas instituições da Economia Social, algumas delas com um longo historial de serviço educativo e que, de repente, ficam esvaziadas de crianças e de funcionalidade e com um incontornável problema de sustentabilidade.

É, por isso, imperioso que o Estado defina, em concreto e com clareza, o papel destas entidades do setor social e solidário na Rede Nacional da Educação Pré-Escolar.

.....

Indubitavelmente, os tempos que correm confrontam-nos, todos os dias, com novos desafios no terreno, novos fenómenos sociais a que importa dar resposta para não deixar ninguém para trás:

é a integração dos refugiados e imigrantes (com i), é a reintegração dos nossos emigrantes provenientes de zonas do globo instáveis do ponto de vista político, económico e social, é a problemática da educação inclusiva, da doença mental... e tantos outros que exigem do Estado e dos Atores Sociais um comprometimento e um espírito de cooperação e parceria ainda mais profundo.

É, por isso, preciso criar mecanismos e abordagens mais flexíveis, porque muitas das soluções que os problemas reais das pessoas exigem não se enquadram no catálogo de respostas tipificadas que norteiam o processo de cooperação entre o Estado e as Entidades da Economia Social.

Os quadros comunitários de apoio são instrumentos decisivos para alavancar este setor e criar condições para a sua sustentabilidade futura, avocando recursos financeiros que permitam dar passos significativos na sua capacitação, inovação e modernização.

E, neste particular, terá que haver um maior equilíbrio entre o financiamento das entidades privadas lucrativas e as Instituições da Economia Social, porque estas, como as primeiras, também geram emprego, particularmente nos territórios de baixa densidade, e promovem a coesão social, e, ao contrário de muitas empresas, as Entidades da Economia Social não se deslocalizam...

O compromisso de cooperação entre o Estado e as instituições sociais deve ser aprofundado, sem esquecer que o que está em causa é o desenvolvimento de uma rede de equipamentos sociais e de apoio social integrado, com cobertura equitativa no país.

Uma rede de respostas que tem que se revelar sustentável, eficiente, estável e duradoura, e que reserve espaço à inovação social, à diferenciação, à retenção de talento, à cultura de melhoria contínua e à medição de resultados.

Sem essas premissas, o futuro de muitas instituições sociais - particularmente daquelas que exercem a sua atividade em zonas mais desfavorecidas do interior - terão o seu futuro seriamente comprometido.

Sem elas, essas regiões – e as pessoas - ficam totalmente desprotegidas, entregues a si próprias.

As Entidades da Economia Social têm capacidade instalada, têm conhecimento, são eficientes e estão disponíveis para partilhar responsabilidades e assumir novos desafios.

É imprescindível que o Estado reconheça verdadeiramente este papel empreendedor e que o valorize, dotando as Entidades da Economia Social de recursos consentâneos.

Muito obrigado!

Notas

Cortar a eito?

- Há sinais que nos preocupam: cantinas sociais, equipas RLIS e das equipas dos protocolos do RSI, são alguns exemplos.

.....

- Transferência de competências para os Municípios é desejável, mas não deixa de suscitar algumas preocupações:

» A abertura de muitas salas de pré-escolar, onde a resposta, através das instituições sociais, existia há longos anos, tornando-as insustentáveis.

Fiscalização excessiva

A monitorização e a fiscalização das respostas e do trabalho das instituições sociais são necessárias, mas orientadas para a melhoria contínua e qualidade.

Não podem é asfixiar as instituições sociais exigindo-lhes tudo e, ao mesmo tempo, por exemplo, deixar proliferar lares e outras estruturas ilegais.

Concentração da decisão da Segurança Social em Lisboa

Somos favoráveis à descentralização de competências, embora em algumas circunstâncias concretas encerre alguns riscos.

Na Segurança Social, apesar da desconcentração dos serviços nos centros distritais, verificamos que, em muitos casos, o processo de decisão continua excessivamente concentrado em Lisboa.